



5378 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT08 - Formação de Professores

ANÁLISE DO PROJETO BOLSA ALFABETIZAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O CAMPO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE
Adriana Teixeira Reis - PUC-SP/PPGE Psicologia em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Marli Andre - PUC-SP/PPGE FORMAÇÃO DE FORMADORES - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ANÁLISE DO PROJETO BOLSA ALFABETIZAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O CAMPO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de contribuir com o campo das políticas de formação docente. O foco é o Projeto Bolsa Alfabetização, implantado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo entre os anos de 2007 e 2016, que objetivou favorecer a iniciação do aluno do curso de Pedagogia na atividade docente. Com apoio no referencial teórico-metodológico da abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball (1994, 2001) e por meio de revisão bibliográfica – teses, dissertações e relatórios de Pós-Doutorado – privilegiou-se o contexto da prática e o contexto dos efeitos, para evidenciar como a política foi recebida, traduzida e interpretada nas instituições educacionais participantes e como os alunos e professores envolvidos a avaliaram. Diante dos dados obtidos, pode-se afirmar que a inserção das licenciandas na escola pública, proporcionou a elas, a aprendizagem da docência, indicando a relevância da articulação entre o conhecimento teórico desenvolvido nas instituições formadoras e a experiência vivida no contexto escolar.

Palavras-chave: Abordagem do Ciclo de Políticas. Projeto Bolsa Alfabetização. Formação Inicial de Professores. Iniciação à Docência.

Introdução

A proposta de análise do Projeto Bolsa Alfabetização reside na tentativa de contribuir com o campo das políticas de formação docente, refletindo uma preocupação com o tema da formação inicial, conforme estudos já realizados nessa área por Gatti, Barretto e André (2011). A análise da política de formação baseou-se na perspectiva do ciclo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe,^[1] tomando-se especificamente o contexto da prática e o contexto dos efeitos, para o que foram de grande valia os escritos de Mainardes (2006) e Mainardes e Gandin (2013).

Segundo Mainardes e Gandin (2013, p. 153), “essa abordagem permite uma articulação entre teoria e metodologia, permite uma articulação entre a perspectiva metodológica (ciclo de políticas), o referencial teórico específico utilizado na pesquisa e a análise de dados”.

Para Ball e Bowe, o contexto da prática não deve ser interpretado apenas como as políticas são implementadas, mas sim como as políticas são interpretadas:

Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE et al., 1992, p. 22 apud MAINARDES, 2006, p. 53)

Nesse sentido, a implementação das políticas no contexto da prática está sujeita às interpretações dos profissionais que fazem uso dela.

Posteriormente, Mainardes (2006) nos esclarece que Ball, em livro publicado em 1994, incluiu mais dois contextos à abordagem do ciclo de política, o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política, uma vez que para o autor o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro. Para especificar melhor sua concepção relativa ao contexto dos resultados ou efeitos, Ball apresentou uma distinção entre efeitos de primeira ordem e de segunda ordem. Os efeitos de primeira ordem são as mudanças na prática ou na estrutura, que são evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo. Os efeitos de segunda ordem são as mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social. Mainardes esclarece as implicações dessa distinção:

Esta divisão apresentada por Ball sugere-nos que a análise de uma política deve envolver o exame (a) das várias facetas e dimensões de uma política e suas implicações (por exemplo, a análise das mudanças e do impacto em/sobre currículo, pedagogia, avaliação e organização) e (b) das interfaces da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas. Isso sugere ainda a necessidade de que as políticas locais ou as amostras de pesquisas sejam tomadas apenas como ponto de partida para a análise de questões mais amplas da política. (MAINARDES, 2006, p. 54-55)

No presente texto, o ponto de partida para análise dos contextos se deu pela leitura de estudos acadêmicos: teses, dissertações e relatórios de Pós-Doutorado que tiveram como foco o Projeto Bolsa Alfabetização. Para identificar elementos do contexto da prática a análise foi baseada nas questões propostas por Mainardes (2006): Como a política foi

recebida e como ocorreu seu processo de implementação? Houve alterações no contexto da produção de texto para a concretização da política? Como os envolvidos no projeto avaliaram essa proposta?

A análise do contexto dos efeitos do Projeto na formação inicial também foi realizada à luz das questões propostas por Mainardes: Quais foram os benefícios do Projeto no processo de formação inicial dos alunos participantes, apresentados nos estudos revistos?

O Projeto Bolsa Alfabetização da Secretaria de Educação do Governo de São Paulo

Em janeiro de 2007 o governo do estado de São Paulo ao lançar seu Plano Estadual de Educação (2007-2010), definiu como primeira meta a alfabetização plena de todas as crianças de 8 anos de idade. No lançamento do plano, o então governador José Serra, enfatizou a conquista da secretaria ao incluir cerca de 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola. Entretanto, os resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saesp) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ambos de 2005, haviam identificado um desempenho insuficiente na aprendizagem dos alunos ao apontarem que, na região metropolitana, cerca de 30% dos alunos matriculados ao final da 1ª série em escolas da rede estadual, não escreviam convencionalmente, o que indicava que a inclusão não havia garantido o direito de aprendizagem.

Simultaneamente à divulgação das metas do Plano Estadual de Educação e diante dos dados de avaliação, o governo implantou, por meio do Decreto nº 51.627/2007, o Programa “Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade” sugerindo, de certa forma, um diálogo com o Plano Nacional de Educação (2001-2010) o qual afirmava, em suas diretrizes, a condição de implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação como meio de incentivar a formação de professores para atuar na educação básica pública.

Assim, o documento do referido programa estadual ressaltava a importância da aproximação entre a Secretaria de Educação junto às IES que ofereciam cursos de formação de professores para um salto de qualidade na recuperação e apoio à aprendizagem dos alunos da rede pública estadual, conforme exposto em seus artigos iniciais:

Artigo 1º – Fica instituído o Programa “Bolsa Formação-Escola Pública e Universidade”, destinado a alunos dos cursos de graduação de instituições de ensino superior que, sob supervisão de professores universitários, atuarão nas classes e no horário de aula da rede estadual de ensino ou em projetos de recuperação e apoio à aprendizagem.

Artigo 2º – O Programa tem os seguintes objetivos gerais:

I. possibilitar que as escolas públicas da rede estadual de ensino constituam-se em “campi” de pesquisa e desenvolvimento profissional para futuros docentes;

II. propiciar a integração entre os saberes desenvolvidos nas instituições de ensino superior e o perfil profissional necessário ao atendimento qualificado dos alunos da rede estadual de ensino;

III. permitir que os educadores da rede pública estadual, em colaboração com os alunos/pesquisadores das instituições de ensino superior, desenvolvam ações que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino. (SAO PAULO, 2007)

A leitura desses artigos nos reporta às orientações que o governo federal[2] já havia apontado sobre a necessidade de mudanças na formação do professor para atuar na educação básica. Dando sequência ao Decreto estadual, a Resolução SE nº 18, de 2 de março de 2007, dispôs sobre as diretrizes e procedimentos para a implantação, na cidade de São Paulo, do Projeto *Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização*, também conhecido como *Bolsa Alfabetização*.

O Projeto, desenvolvido pela Secretaria da Educação, intermediado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) foi implantado por meio de convênios[3] firmados com Instituições de Ensino Superior que atuavam na formação de docentes para o ensino fundamental e médio (cursos presenciais de Pedagogia ou Letras ou de pós-graduação stricto sensu (M/D) na área de didática da alfabetização).

Essa parceria, cujo objetivo maior era o de promover melhorias nas competências de leitura e de escrita dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (EF), previa a participação de licenciandos para atuar nas classes de alfabetização das escolas estaduais com o objetivo de auxiliar o professor regente e, complementarmente, aprimorar sua formação com uma experiência prática de sala de aula. O pagamento de uma bolsa por estudante equivalente ao valor de uma bolsa de Iniciação Científica,[4] tornou-se um dos elementos atrativos para ingresso no Projeto. A Resolução SE 18/2007 orientou a participação do aluno:

Art. 6º - Caberá ao aluno pesquisador, em comum acordo com o professor regente da classe e sob a supervisão de seu professor orientador da Instituição de Ensino Superior:

I - Participar da elaboração de diagnósticos pedagógicos de alunos;

II - Planejar atividades complementares de leitura e escrita para os alunos;

III - Executar atividades didáticas para indivíduos ou grupo de alunos;

IV - Participar das reuniões com orientadores das IES, sempre que convocado.

§1º - O aluno pesquisador deverá realizar 4 (quatro) horas diárias de atividades na classe/turma da 1ª série do Ciclo I do Ensino Fundamental. (SAO PAULO, 2007a)

Assim, o Projeto Bolsa Alfabetização nasceu como uma política de intervenção do governo estadual propondo uma articulação entre escola pública e as IES que oferecessem cursos de formação de professores. Ao propor como *locus* dessa articulação as classes de alfabetização, o Projeto traçou suas diretrizes diante da necessidade de atingir o objetivo do Plano de Metas do Estado, fazer com que as crianças que frequentavam a escola pública fossem alfabetizadas. Com uma estratégia de implantação em 2007 na Capital, seguindo uma expansão em 2008 para a Grande São Paulo e, a partir de 2009 para o interior do estado, a atuação do Projeto Bolsa Alfabetização na rede estadual de educação contou com a participação de mais de 124 IES.

No histórico da descontinuidade das políticas educacionais no Brasil, mesmo com um período de 9 anos de vigência -- de 2007 a 2015, o projeto Bolsa Alfabetização não fugiu à regra. Sem uma avaliação de todo o empenho e investimento realizado pela SEESP para a melhoria da alfabetização e da própria formação de professores, o programa foi desativado sendo substituído por outro (Aventuras do Currículo +), reafirmando uma sequência interminável de reformas na área da educação. Um resultado dessa descontinuidade é o impedimento de que estudantes universitários de cursos de formação docente possam ter contato supervisionado com a realidade da escola pública, o que contribui para uma formação profissional mais efetiva, mobilizando as IES responsáveis pela formação a reverem suas práticas e projetos formativos.

Considerações da análise das pesquisas correlatas

As pesquisas acadêmicas que trataram especificamente do Projeto Bolsa Alfabetização, foram localizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A busca no site foi realizada pela palavra-chave "Bolsa Alfabetização" e foram localizados 6 estudos que abordaram aspectos distintos do Projeto. Posteriormente, dois estudos de pós-doutorado que também abrangeram o Bolsa Alfabetização como tema de pesquisa foram incluídos na análise, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Pesquisas acadêmicas sobre o Projeto Bolsa Alfabetização

| Autor | Ano | Nível | Instituição |
|----------------------------------------|------|---------|-------------|
| MONIZ, Maria Isabel D'Andrade de Sousa | 2010 | DO | PUCSP |
| JÚLIO, Edna | 2012 | ME | UNICID |
| ANDRADE, Maria de Fátima Ramos | 2012 | PÓS DOC | FCC |
| APARÍCIO, Ana Silvia Moço | 2012 | PÓS DOC | FCC |
| PEREIRA, Marli Amélia Lucas | 2015 | DO | PUCSP |
| LIBERATO, Amanda Maria Franco | 2015 | ME | UNINOVE |
| CORES, Luciano Nunes Sanchez | 2015 | DO | USP |
| COSTA, Claudiane de Cassia | 2016 | ME | MACKENZIE |

Fonte: Quadro elaborada pela autora.

(Legenda: ME: Mestrado; DO: Doutorado; PÓS DOC: Pós Doutorado.)

Os poucos estudos que se debruçaram sobre o Bolsa Alfabetização merecem ser destacados como contribuição nas reflexões para a elaboração de novas políticas que visem a formação docente. A carência de pesquisas sobre o projeto pode estar relacionada ao fato de se tratar de uma política regionalizada, realizada no âmbito do estado de São Paulo, que não teve repercussão nacional. O aprofundamento das leituras das teses e dissertações acerca dos aspectos que os autores destacaram sobre o Projeto Bolsa Alfabetização, sustenta o objetivo desse estudo de explicitar melhor a qualificação dessa política no contexto da formação docente.

A revisão de bibliografia realizada, além de agrupar informações coletadas sobre aspectos do Bolsa Alfabetização, proporcionou uma visão abrangente do projeto no âmbito do contexto da prática.

Considerações da análise do contexto da prática pela leitura das pesquisas correlatas

A abordagem do ciclo de políticas permite uma análise relevante da política estudada, ao oportunizar uma apreensão dos múltiplos aspectos que a envolvem. Num primeiro momento constatou-se que os autores das pesquisas analisadas foram sujeitos participantes do Projeto, como professores orientadores dos licenciandos, alunos pesquisadores ou profissionais do sistema estadual de ensino, portanto foram pessoas que conheceram o Projeto "por dentro", situação que possibilitou a visão real dos contextos institucionais em que foi implantado. Essa experiência legítima a percepção de como a política foi recebida e como ocorreu seu processo de interpretação, como também as avaliações feitas pelos demais pesquisadores. Focados em analisar o Bolsa Alfabetização, a questão da formação inicial docente foi abordada nos estudos revistos, evidenciando cada vez mais as condições dessa formação no nível superior.

Na perspectiva da abordagem do ciclo de políticas, os programas e projetos são criados para atender os contextos e as demandas reais e concretas. Nesse caso, existia uma demanda, por parte da SEESP, em promover a melhoria dos índices de alfabetização no contexto da escola pública. A proposta do aluno pesquisador atuando junto ao professor regente, de certa forma atendia as necessidades prementes de melhoria da alfabetização dos alunos do sistema educacional paulista e, indiretamente, satisfazia as orientações dos documentos normativos que defendiam uma atenção especial aos processos formativos dos docentes e a necessidade de melhoria da formação inicial.

Como a política foi recebida e como ocorreu seu processo de tradução e de interpretação?

Foram identificados nas pesquisas sobre o Projeto Bolsa Alfabetização tanto pontos dificultadores como positivos na tentativa inicial de conectar-se com o contexto das IES, das escolas públicas e de seus envolvidos.

Toda adaptação de algum programa ou projeto está sujeita à interpretação pelos agentes que dele participam. Nos primeiros anos do projeto, ao restringir o acesso somente às escolas da Grande São Paulo, muitos alunos apresentaram dificuldades financeiras em permanecer, pela distância entre suas residências e as unidades escolares. Diante desse fato, a Secretaria de Educação ampliou o projeto para todas as escolas da Coordenadoria de Ensino do Interior, abrangendo e favorecendo assim tanto os municípios mais próximos como os mais distantes da capital. Dados de 2017, do cadastro de escolas da SEESP, indicavam que a rede de ensino estadual era composta por 1.664 escolas frequentadas por 110.848 alunos no primeiro ano e 122.940 no segundo, anos esses que poderiam receber os licenciandos do Bolsa Alfabetização.

Portanto, a manutenção e ampliação desse projeto deveria ser mantida pela abrangência do sistema.

Os estudos revistos sinalizaram que um fator que proporcionou a adesão ao Projeto foi a ajuda financeira da bolsa, que com valor condizente a uma bolsa de iniciação científica motivou os participantes a se inscreverem no Projeto. Os estudos justificam essa procura pelo baixo poder aquisitivo de uma grande parcela dos alunos que ingressam no curso de Pedagogia.

O Bolsa Alfabetização fazia parte do Programa Ler e Escrever, da rede estadual, que tinha o foco na melhoria da alfabetização dos alunos da rede estadual de ensino. Entretanto, nos estudos revistos são mencionadas críticas à falta de orientação dos coordenadores do Projeto aos professores das escolas quanto as normas de funcionamento do Projeto, formas de recepção dos alunos pesquisadores e as condições para um processo efetivo de alfabetização. Diante da dupla novidade - conhecer o programa e receber um aluno de Pedagogia em sua sala, a entrada do Bolsa Alfabetização no sistema de ensino não transcorreu sempre, de maneira tranquila. Entretanto, pelas condições de trabalho dos professores da rede pública com uma média de 30 alunos, poder contar com um estudante de Pedagogia foi considerado positivo pelos profissionais das unidades escolares. Entre os estudos revistos, houve um consenso de que o Projeto afetou as demandas da docência, requerendo, por parte das IES e das professoras da escola uma ampliação e diversificação de conhecimentos para atender adequadamente o aluno, a sala de aula, a escola e a própria comunidade. Um professor sem apoio, sem tempo para qualificar-se não consegue atender às demandas que surgem, que vão além de alfabetizar seus alunos. Segundo Vaillant (2003, p. 9):

a questão docente e, em particular, a formação docente, é um dos desafios contemporâneos mais críticos ao desenvolvimento educativo, e implica uma profunda redefinição do modelo convencional de formação dos mestres e professores no quadro de um revitalização geral da profissão docente.

Passados os primeiros momentos de adaptação, o projeto foi visto como positivo frente a algumas situações: na perspectiva dos alunos, a boa receptividade pelos professores regentes os levaram a se considerar coparticipantes e colaboradores na ação docente. Pelos professores regentes, suas atuações como cofomadores no processo de desenvolvimento da docência dos alunos pesquisadores foi muito valorizado.

É importante destacar que nem todas as IES que participaram do Projeto conseguiram cumprir as diretrizes da FDE. O despreparo do professor orientador (da IES) foi identificado em alguns estudos ao não instruir corretamente o aluno pesquisador em relação a elaboração do relatório pedagógico mediante seus apontamentos, corroborando com a ideia de que em algumas IES privadas há um comprometimento precário com a formação de professores. Na análise do contexto da prática, isso representa uma interpretação e recriação da política, podendo "representar mudanças e transformações significativas na política original". (MAINARDES, 2006, p. 53)

Baseado nessa interpretação, temos que ter clareza de que o conceito de aprendizagem esteja intimamente articulado com seus aprendentes, seja ele o professor, seja o aluno, no sentido de que todos, concomitantemente, em seus processos distintos de aprendizagem possam se transformar, em todos os níveis. No caso dos cursos de formação de professores sua característica eminente é a de oferecer condições para o futuro docente aprender a ensinar. Assim, a formação inicial de professores passa pela necessidade de um entendimento do que é ser professor, e de sua ação efetiva frente às diferentes realidades sociais que se agregam no ambiente escolar. Nessa perspectiva, Vaillant e Marcelo (2012, p. 16) nos alertam:

a avalanche de mudanças sociais não foi acompanhada das correspondentes transformações nos processos de formação docente. Em muitos casos os esforços realizados não serviram para garantir um desenvolvimento profissional docente sustentável e, na prática, a formação docente provou ser "resistente" e difícil de mudar.

Segundo afirmação dos autores, a pesquisa sobre um projeto de alcance na formação inicial de professores torna-se relevante para, justamente, lançar luz ao tema e suscitar transformações nas práticas formativas, que ainda não ocorreram. No estudo de Hargreaves (1999) sobre a geografia social da formação de professores, o autor também indica a necessidade de mudanças quando defende quais deveriam ser as da formação:

a contribuição específica das faculdades de educação universitárias na formação de professores não deve estar baseada na sua contribuição histórica onde está localizada, nem no interesse dos próprios formadores para defender seu profissionalismo, [...] as faculdades de educação deveriam contribuir com o que estão preparadas para fazer: *desenvolver a compreensão das instituições e processos educativos*, favorecendo uma reflexão crítica e construindo as habilidades de investigação que permitam aos professores desenvolver o entendimento e a reflexão como base para uma melhora contínua ao longo de suas vidas profissionais. (HARGREAVES, 1999, p. 131-132, grifo nosso)

As ponderações do autor reforçam a responsabilidade das instituições formadoras no desenvolvimento de processos formativos ancorados na reflexão crítica sobre a prática e nas habilidades de investigação de modo que os licenciandos possam dar continuidade a seus processos de desenvolvimento profissional ao longo da vida. Firma-se com isso, a necessidade de transformar, nas faculdades de educação, os processos formativos dos futuros docentes. No sentido de superar uma formação que não tem, quase sempre, vínculo com as condições reais de exercício da docência, a possibilidade de reflexão crítica proposta pelo Projeto Bolsa Alfabetização com novas ações, torna-se relevante ao processo formativo do futuro docente.

Muitos fatores podem reorientar a formação docente. O que deve tornar-se inovador nessa reorientação do processo de formação é o fato de que a ação de ensinar deva atender e acompanhar as novas demandas sócio-históricas que a realidade nos apresenta. A boa formação é aquela que oferece ao futuro docente os conhecimentos para o enfrentamento de sua profissão que é "fazer outros se apropriarem de um saber - ou melhor, 'fazer aprender alguma coisa a alguém'" (ROLDÃO, 2007, p. 94). Nesse caso, cabe enfatizar o proposto pela autora ao destacar a *formação para ensinar* ante a prática histórica da *ação de ensinar*.

Diante das evidências que as pesquisas correlatas apresentaram, a segunda questão desenvolvida para analisar o contexto da prática anunciam provocações do Projeto Bolsa Alfabetização na estrutura da formação inicial docente.

Como, nos estudos revistos, os envolvidos no projeto avaliaram essa proposta?

O contato do aluno pesquisador com a realidade da escola e da sala de aula numa perspectiva de participação ativa foi, sem dúvida, um dos resultados mais positivos dos estudos. Imprescindível que essa inserção na escola tenha sido realizada de uma forma prolongada, vivida, sistematizada, quando os alunos pesquisadores puderam perceber o avanço da alfabetização nos estudantes ao longo do ano. Uma constatação unânime nos estudos foi que essa experiência contribuiu para uma reflexão do aluno pesquisador sobre a concepção do trabalho docente na sala de aula e sobre as relações que se estabelecem dentro da unidade escolar, revelando os aspectos atitudinais pertinentes de um convívio saudável entre todos os sujeitos que compõem o contexto escolar.

De certa forma, a qualidade da formação pela qual o aluno passa é condição para o processo de transformação do vir a ser professor. Nesse caso, aprendizagem e transformação tornam-se conceitos relevantes para o estudo da formação inicial docente. A explicação de Carvalho (2011, p. 1) nos ajuda a compreender essa relação:

A aprendizagem indica simplesmente que alguém veio a saber algo que não sabia: uma informação, um conceito, uma capacidade. Mas não implica que esse 'algo novo' que se aprendeu nos transformou em um novo 'alguém'. E essa é uma característica forte do conceito de formação: *uma aprendizagem só é formativa na medida em que opera transformações na constituição daquele que aprende.* (grifo nosso)

A realidade vivida pelos alunos reforçou a escola como fonte inesgotável de aprendizagens e revelou que as relações entre teoria e prática não podem ser desconsideradas e muito menos desconectadas em um curso de formação de professores. Essa concepção por parte das pesquisadoras, que vivenciaram em suas IES o projeto, retoma a reflexão sobre o formato que o curso de Pedagogia deveria assumir para que possa contribuir com a transformação do aluno pesquisador em um professor com mais qualidade na sua atuação em sala de aula.

As condições de aprendizagem da docência proporcionadas pelo Projeto Bolsa Alfabetização foram consideradas como relevantes no processo formativo dos alunos pesquisadores ao favorecer, por meio da reflexão crítica construída na elaboração dos relatos reflexivos, condições de investigação que permitiram aos futuros professores desenvolver seu entendimento das práticas docentes observadas durante o processo de alfabetização das crianças.

Um aspecto crítico indicado pelas pesquisadoras, enquanto atuantes no Projeto, foi a necessidade de um diálogo mais aberto entre as professoras orientadoras e as professoras regentes, ou seja, o diálogo entre as IES e as unidades escolares, sem que houvesse, necessariamente, a participação das alunas pesquisadoras, envolvimento que a estrutura do projeto não proporcionou.

Considerações da análise do contexto dos efeitos pela leitura das pesquisas correlatas

A leitura analítica das pesquisas que focaram o Projeto Bolsa Alfabetização também possibilitou identificar quais foram os benefícios do projeto destacando os efeitos de primeira ordem e de segunda ordem, explicitados pela abordagem do ciclo de políticas. Nesse caso algumas considerações devem ser feitas. Quando Mainardes (2006) nos apresenta a intenção de Ball para ampliar a análise do ciclo de políticas para o contexto dos resultados ou dos efeitos, nos esclarece que a ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada (MAINARDES, 2006, p. 54).

Segundo Mainardes (2006), Ball define a identificação dos efeitos de primeira ordem pelas mudanças que ocorrem na prática ou na estrutura da política, o que provocou a formulação da seguinte questão: *quais efeitos os envolvidos no projeto identificaram na formação inicial?*

Para a análise dos efeitos de segunda ordem, tendo em conta as mudanças que o Projeto eventualmente promoveria na estruturação da formação inicial, a perspectiva adotada para análise foi a seguinte: *qual foi a consequência desse programa nos padrões de oportunidades formativas nos alunos pesquisadores?*

Quais efeitos os envolvidos no projeto identificaram na formação inicial ?

A atividade profissional docente requer, necessariamente, uma relação entre pessoas. No percurso histórico dessa relação transpassa, entre outros fatores, o conhecimento a ser transmitido pelo professor e o assimilado pelo aluno e suas inúmeras formas construídas, desconstruídas e reorganizadas nessa relação, as quais são justificadas pelas circunstâncias em que foram produzidas.

No contexto da formação, o Projeto Bolsa Alfabetização permitiu, nas relações estabelecidas entre seus participantes, a identificação, por parte dos alunos pesquisadores, de conhecimentos e aprendizagens sobre a dinâmica que permeia a sala de aula, sobre a escola e as relações que lá se desenvolvem e sobre o processo de alfabetização, possibilitando uma nova percepção do modo de ver e de compreender os conhecimentos teóricos transmitidos pelas disciplinas do curso de Pedagogia.

Essa percepção provocou que algumas alunas pesquisadoras relatassem a ausência de conteúdos nas suas IES sobre temas específicos voltados à alfabetização, o que interferiu no desenvolvimento do processo formativo proposto pelo projeto. Como exemplo, foi mencionada a desarticulação, nas IES, entre os conhecimentos sobre a prática de ensino na alfabetização com a realidade das professoras alfabetizadoras nas unidades escolares. No caso específico do Bolsa Alfabetização, o conhecimento sobre o construtivismo deveria ser um dos temas estudados para que as alunas pudessem se inserir com melhores condições no projeto. Os dados dos estudos evidenciam que a articulação entre teoria e prática nas instituições formadoras ainda permanece como um entrave para a melhoria da qualidade na formação docente.

A superação dessa situação, em alguns estudos se evidenciou pelo papel delegado à professora regente como cofomadora das alunas pesquisadoras, ao possibilitar a articulação da teoria com a prática na formação das alunas e pelas professoras orientadoras na exigência do exercício sistemático de produção de relatórios da investigação didática realizada, o que favoreceu o aperfeiçoamento da escrita e da reflexão que eles desencadearam. Ambas situações revelaram a valorização pelas alunas pesquisadoras do formato que fortalece e privilegia a figura do professor mais

experiente como agente fundamental no processo da formação inicial.

Qual a consequência desse programa nos padrões de oportunidades formativas nos alunos pesquisadores ?

A experiência da vivência sistemática na escola pública se constituiu como uma oportunidade relevante na formação das alunas pesquisadoras. O conhecimento sobre o funcionamento da escola proporcionou o contato com a realidade dos docentes que vai além da sala de aula, possibilitada pela participação de algumas alunas em reuniões de HTPC, consideradas burocráticas ou não, mas que de certa forma evidenciou a realização de um trabalho coletivo existente na escola, especialmente na orientação de resolução de problemas e de planejamento, oportunizando às alunas participantes do projeto, uma percepção mais clara das relações e responsabilidades que permeiam a unidade escolar.

A oportunidade de acompanhar o agir do professor regente frente à tarefa de alfabetizar, de poder exercer a ação docente, aprender quais os conhecimentos importantes para o trabalho em sala de aula, foram elementos evidentes na interpretação dos participantes que valorizaram suas experiências práticas. Nesse sentido, a experiência de sala de aula, numa prática contínua, articulando a teoria aprendida no curso de Pedagogia e o apoio que receberam dos professores orientadores e regentes, com a ajuda da bolsa, contribuíram para que as alunas participantes valorizassem o Projeto Bolsa Alfabetização.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente texto procurou contribuir tanto para o campo do conhecimento na área de políticas educacionais como para o campo da formação de professores. Em face das evidências, podemos afirmar que a aprendizagem da docência proporcionada pelo Projeto Bolsa Alfabetização produziu efeitos positivos nas professoras, evidenciados pela leitura e análise das pesquisas acadêmicas que abordaram o projeto, confirmando a relevância de uma política de formação de professores que busca articular o conhecimento teórico com a experiência na aprendizagem profissional.

Mesmo diante de evidências positivas, torna-se importante registrar duas observações na condução do Projeto que reproduzem uma prática recorrente nos governos. A primeira observação refere-se a que, embora tanto as legislações federal e estadual indicassem com bastante ênfase a necessária relação entre universidade e escola, o Projeto Bolsa Alfabetização não atingiu plenamente esses efeitos. Na prática, a vinculação das ações dos profissionais que atuam nas IES formadoras com os professores das escolas públicas não foi efetivada de forma articulada, pelo fato de que, pelas normatizações do Projeto, as relações deveriam ocorrer exclusivamente via a FDE, um órgão de governo. Desse modo, a própria estrutura do projeto ocasionou falta de diálogo direto entre essas instituições, revelando-se um ponto crítico do projeto. A análise dessa situação evidenciou ainda a fragilidade de um grande número de instituições que oferecem o curso de Pedagogia no que diz respeito ao desconhecimento da dinâmica que deve existir entre o ambiente formador e o ambiente escolar.

Outro fator que merece reflexão diz respeito à descontinuidade da política mesmo sem que o sistema tenha efetuado uma avaliação do Projeto, revelando falta de compromisso com melhor qualificação do professor, com os interesses públicos, com os recursos públicos e com a própria educação.

Diante de todos os achados nesse estudo, defende-se a tese de que o Projeto Bolsa Alfabetização teve seu valor enquanto um projeto de iniciação à docência, pelo fato de oportunizar o mergulho do aluno do curso de Pedagogia na realidade da escola pública, da sala de aula, do processo de alfabetização, com a tutoria de um professor experiente, articulando a teoria desenvolvida nas instituições formadoras e as práticas da sala de aula.

Referências

ANDRADE, M. F. R. **A experiência do Programa Bolsa Alfabetização do governo do Estado de São Paulo**: a resignificação dos estágios no curso de Pedagogia. 2012. 155 f. Relatório de pesquisa Pós-Doutoral. Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas, 2012.

APARÍCIO, A. S. M. **A formação docente em questão**: uma análise dos relatos reflexivos produzidos por alunos de Pedagogia participantes do Programa Bolsa Alfabetização do governo do Estado de São Paulo. Relatório de pesquisa Pós-Doutoral. Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas, 2012.

CARVALHO, J. S. **Sobre o conceito de formação**. 2011. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/sobre-o-conceito-de-formacao/>. Acesso em 1 abr. 2019.

CORES, L. N. S. **Sobre docências (in)conformadas e o Programa Bolsa Alfabetização**: neoliberalismo, constituição do habitus profissional e astúcias do fraco em uma experiência de formação inicial de professores. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, C. de C. **As concepções de linguagem**: um olhar sobre os materiais do programa Bolsa Alfabetização. 2016, 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Artes e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

HARGREAVES, A. Hacia una geografía social de la formación docente. IN: RASCO, J. F. A. et al. **Desarrollo profesional docente**: política, investigación y práctica. Madrid: Ediciones AKAL, 1999.

JÚLIO, E. **Políticas públicas de educação e a formação do professor alfabetizador**: o Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização Inicial. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIBERATO, A. M. F. **Programa Ler e Escrever**: a formação sob a perspectiva das alunas pesquisadoras. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 1 abr 2019.

_____; GANDIN, L. A. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. IN: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. de. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

MONIZ, M. I. A. de S. **Formação inicial de professores**: um estudo de caso sobre a participação de estudantes de Pedagogia no Projeto Bolsa Alfabetização – 2007 a 2009. 2010. 253 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010.

PEREIRA, M. A. L. **A articulação entre universidade e escola**: os saberes necessários para a participação no Projeto Bolsa Alfabetização. 2015. 155 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). Programa de Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROLDÃO, M. do C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=1413-247820070001&script=sci_issuetoc Acesso em 1 abr. 2019.

SÃO PAULO. Decreto SE nº 51.627, de 1º de março de 2007. **Institui o Programa “Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade”**. Disponível em: www.al.sp.gov.br/norma?id=70645. Acesso em: 1abr. 2019.

_____. Resolução SE nº18, de 2 de março de 2007a. **Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para implantação do Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização**

VAILLANT, D. **Formação de formadores**: estado da prática. Preal, nº 25, out. 2003. Disponível em: file:///Users/adriana/Downloads/formacion_formadores_estado_practica_vaillant_portugues.pdf. Acesso em 1 abr. 2019.

VAILLANT, D; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar**: as quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

[1] A abordagem do ciclo de políticas contempla a análise de cinco contextos – contexto de influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos efeitos e contexto da estratégia política.

[2] Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Parecer CNE/CP 9/2001); Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Parecer CNE/CP 5/2005).

[3] Artigo 3º do Decreto 51.627 de 1º de março de 2007.

[4] Em 2013 cada universidade conveniada recebia o valor de R\$ 700,00 por aluno. Essa verba era repassada ao estudante, de acordo com a frequência do aluno.